

Seis Passados Úteis: Recordar o Futuro em Israel/Palestina¹

Autor: George E. Bisharat²

Tradução: Josie da S. Lessa³

Revisão: Thuani Coutinho Gomes de Queiroz⁴

Revisão Técnica: Roberto Kant de Lima⁵

“Normalmente, a memória do homem comum, ao despertar pela manhã, estende a mão para o país do passado e para lugares distantes e instantaneamente recria seu pequeno mundo de esforços, reúne-os com coisas como se elas tivessem sido ditas e feitas em seus ontem. E coordena essas coisas, através da sua percepção atual relacionando com coisas a serem ditas e feitas em seu amanhã. Sem esse conhecimento histórico e esta memória das coisas ditas e feitas, seu presente seria sem rumo e seu amanhã sem significado.” (Carl Becker, 1931)

É uma crença generalizada que nossas estruturas passadas, não determinariam nosso presente. Se fomos convidados a explicar a condição atual da nossa sociedade, por exemplo, o passado é o primeiro lugar em que normalmente olharíamos. Nós tentaríamos isolar eventos particulares e identificar forças históricas que “nos trouxeram” ao nosso estado atual. Podemos apontar momentos particularmente cruciais onde, se as coisas tivessem ido de forma diferente, poderíamos ter tomado um rumo diferente, mas, considerando o que de fato aconteceu, fomos impelidos inevitavelmente para onde nos encontramos. E frequentemente nosso senso de possibilidade futura é restrito, se não definido, por nossos sentimentos do passado e do presente.

¹ Do original: BISHARAT, George E.. “Six useful Pasts,”. In: TAPPER, Aaron; SUCHAROV, Mira (Orgs.). *Social Justice and Israel/Palestine: Foundational and Contemporary Debates* © University of Toronto Press 2019. (pp. 14–21). Traduzido e publicado com permissão do editor.

² Antropólogo, professor da Hastings College of Law, UC (EUA), consultor internacional do INCT-InEAC.

³ Graduada em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense. INCT-InEAC. Integrante do Comitê Editorial da Revista Campo Minado.

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense.

⁵ Pesquisador de produtividade CNPq e FAPERJ. Coordenador do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). Professor aposentado da Universidade Federal Fluminense.

É impossível não notar que a versão do passado que é mais frequentemente lembrada quando se trata de Israel/Palestina é profundamente pessimista, enfatizando os aspectos conflituais das relações judaico-palestinas árabes. O subtexto é que a causa deste conflito reside nos seres essenciais dos dois povos, que, em uma concepção comum, têm sido presos em ódio feudo de sangue por séculos. A tendência de muitos em resposta tem sido assumir que o que quer que tenha sido, continuará a ser, isto é, que nada pode efetivamente ser feito para acabar com o derramamento de sangue e a luta, e assim nada é, de fato, feito.

Eu quero contestar essa concepção comum de passado, e ao invés de nos libertar da noção de um passado que determina o presente e, portanto, também dita um futuro particular. Em vez disso, faço uma defesa em favor dos passados – no plural - que deixam espaço tanto para contingência e agência humana – especificamente, nossa agência. Lembrar passados diferentes é um passo-chave para imaginar futuros diferentes, porque isso nos ajuda a desafiar nossas suposições sobre a inevitabilidade do presente, e acaba por abalar nosso senso de que as realidades observadas expressam ou refletem verdades eternas. “Esperança, para aqueles de nós que não estão satisfeitos com as realidades atuais em Israel/Palestina, nem, aliás, em qualquer outro lugar, reside em interromper uma imagem do passado que aprisiona e limita a nossa imaginação, e, pode-se dizer, em "lembrar o futuro".

Deixem-me começar por apresentar uma série de proposições sobre "o passado" e como pensamos sobre isso.

Primeiro, não há "Passado", como tal, com um “P” maiúsculo. Não quero com isto dizer que não exista um passado objetivamente determinável, como alguns pós-modernistas fazem, e que não há nenhuma maneira nem razão para privilegiar uma narrativa (uma construção do passado por algum ser consciente) em detrimento de outra.

Por exemplo, uma reivindicação comum no rescaldo do Nakba palestino foi que os líderes dos exércitos árabes que interviam nos combates que começaram na Palestina logo após o Plano de Divisão da Palestina pela ONU no final de 1947, ordenando através de transmissões via rádio, que civis palestinos fugissem, desta forma facilitando as operações militares contra as forças do nascente Estado israelita. Isso se tornou parte de uma campanha oficial de propaganda israelense que obscureceu a responsabilidade de Israel pela criação do êxodo de refugiados palestinos e o deslocou,

em vez disso, para os Estados Árabes, o que foi crucial para diminuir a responsabilidade moral de Israel de aceitar o direito dos refugiados palestinos a regressarem para suas casas de onde haviam fugido.

Esta narrativa era falsa. Um exame minucioso feito por Erskine Childers nas transcrições de transmissões de rádio feitas na região, que foram monitoradas e gravadas pela BBC, revelou que, não só os líderes árabes não convocaram os civis palestinos para fugir, como ao contrário, eles suplicaram para que os civis permanecessem em suas casas e aldeias (Childers, 1973). Enquanto eu concordo com Dowty (neste volume) que a compreensão de diferentes narrativas das partes em conflito pode ser um passo para a resolução, e com Shoman (neste volume) que ignorar as respectivas "verdades" do outro pode perpetuar o conflito, para mim é imperativo que tais falsas narrativas sejam desmascaradas e descartadas, não reconhecidas, não importa quão sinceramente elas possam ter sido aceitas por alguns. A persistência de falsas narrativas é um obstáculo à compreensão e à realização da reconciliação pacífica.

Segundo, embora possa não haver tal "passado". Há múltiplos passados - na verdade, um número quase infinito deles. Imagine, por um momento, todos os eventos que estavam ocorrendo às 12:37 em 22 de julho de 1947, quando o militante de direita sionista Irgun bombardeou o King David Hotel em Jerusalém, matando 91 pessoas. Vários quarteirões de distância, na Estrada para Belém, em Jerusalém Ocidental, a família do meu pai (incluindo meus tios Emile e George, que deixaram o King David Hotel por volta das 12:10 daquele dia) estavam se preparando para o almoço. Em outras partes da cidade, para não mencionar em outros lugares na Palestina, outros estavam bebendo café, lendo o jornal, lavando roupas, fofocando com os vizinhos, colhendo frutas - toda a multidão de coisas que as pessoas fazem no curso normal de um dia no país naquele momento. Todos esses eventos são parte do passado no sentido mais geral, como eles realmente ocorreram, e sua verdade, em muitos casos podendo até ser verificada.

Em terceiro lugar, todos os "passados" são de fato, "passados para algo" - isto é, por trás de cada "passado" está uma intencionalidade de algum tipo que guia nossa seleção de quais eventos estão incluídos em um passado. Não é por engano que o bombardeio do Hotel King David foi registrado, memorializado e analisado em muitos livros de história, enquanto o almoço da minha família naquele dia de julho não foi, não importa quão delicioso estava o maqloobeh (já que minha avó era uma excelente

cozinheira) nem quão brilhante a conversa (como meus tios eram bem educados, charmosos e cheios de vigor intelectual), mesmo que cada uma dessas coisas tenha acontecido e foram parte do passado, e, portanto, em algum sentido são "verdadeiras."

Fazemos muitas escolhas na construção de um passado: temporal, espacial e outras. Mas todas são feitas com algum propósito. Se fosse nosso propósito, por exemplo, documentar uma história culinária da Palestina, o almoço da minha família em 22 de julho de 1946 teria muito mais relevância do que a explosão que ocorreu a um quilometro ou dois de nossa casa.

Em quarto lugar, o efeito frequente - e em alguns casos pode ser possível argumentar sobre o propósito consciente - de uma narração do passado que busca naturalizar o presente e fornecer orientações para futuras condutas. Com isso quero dizer que o presente vem a ser visto como a consequência inelutável do passado, e especialmente como o produto de forças impessoais e sobre-humanas nas quais nenhum de nós realmente teria muita escolha. E porque isso? Porque nossas escolhas são humanas, falíveis e contestáveis, enquanto a marcha da história, como às vezes é chamada, não é mais contestável do que o clima. Portanto, simplesmente não pode ser resistido.

Uma narrativa do passado também implica numa lógica, quase que obrigatória de um próximo passo. Edward Said, ao descrever as políticas de Israel em relação à cidade de Jerusalém, referiu-se a isso como um processo de projeção, no qual estabelecer a aceitação de uma visão da cidade e de sua história como a capital eterna do povo judeu era um precedente vital para a transformação física e real desta cidade de acordo com essa visão (Said, 1995). Este também é o sentido da citação de Carl Becker acima. Seu homem comum, como historiador, visita "o país do passado" para buscar orientação para suas ações hoje, e para dar sentido ao seu amanhã.

Certamente, esse homem comum de Becker procurava apenas seu próprio passado, apenas com o intuito de guiar seu próprio comportamento – por exemplo, para pagar as contas do carvão que ele havia encomendado no ano anterior. Mas, muitos desses passados que são ditos – aqui vamos chamar de “passados públicos” – são projetados de forma ampla, não são apenas destinados a comandar comportamentos individuais, mas sim legitimar ações públicas e de políticas públicas legítimas tomadas por grupos, até mesmo por nações, e com impactos fatídicos sobre os outros.

No entanto, nossa confiança de que "o passado" explica o presente e fornece orientação sábia para o futuro é muitas vezes perdida. Podemos pensar que sabemos, por uma sequência linearmente apresentada de fatos, como e por que certas coisas aconteceram. Mas, o próprio ato de seleção desses fatos é simultaneamente um ato de oclusão, não apenas dos muitos outros eventos que realmente aconteceram ao mesmo tempo, e pode muito bem ter exercido influências que ignoramos, mas também de contingências: o que quase aconteceu ou o que muito bem poderia ter acontecido, que teria levado a um curso diferente da história. E se, por exemplo, o soldado britânico Henry Tandey tivesse executado Adolph Hitler em seu encontro com ele em um campo de batalha da Primeira Guerra Mundial em vez de poupá-lo? Embora entender a causalidade histórica seja um objetivo digno, devemos ser cautelosos para não investir confiança nela.

Quinto e finalmente, que os passados são consistentemente registrados, lembrados, reiterados, incluídos nos currículos escolares, e em documentos afins - é consideravelmente influenciado pelo poder. Como a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie declarou sobre "histórias" (que são essencialmente o mesmo que uma narrativa do passado ou narrativas) e os perigos de uma única versão: "Como elas são contadas, quem lhes conta, quando foram contadas, quantas histórias são contadas, são realmente dependentes do poder." (Adichie, 2009). Existem, é claro, muitas formas de poder - financeira, militar, política, moral, etc. Mas o poder é decisivo para elevar alguns passados ao status canônico, enquanto outros estão obstruídos ou são ativamente reprimidos. Sionismo Político (o movimento para criar um estado judaico que surgiu na Europa do século XIX) tem, virtualmente desde a sua criação, desfrutado de um diferencial de poder decisivo na comunicação de suas narrativas no Ocidente.

Pensando agora no passado amplamente aceito das relações Israel/Palestina, que enfatiza o conflito e a violência, não se pode deixar de reconhecer que este é exatamente o passado que se diria para apoiar as políticas opressivas do governo israelense em relação aos palestinos, e dissuadir os atores externos de intervir para transformar a dinâmica atual na região. Afinal, os palestinos eram irrevogavelmente hostis em relação aos judeus israelenses, e inclinados à sua aniquilação, quem poderia culpar seu governo de fazer o que fosse preciso para impedir esse terrível resultado? Diante desse ódio mutuo e implacável, o único futuro imaginável que não fosse mais do mesmo, seria o da separação.

Mas e se o nosso projeto fosse diferente? E se os nossos pontos de vista, ao invés de naturalizar o status quo e/ou racionalizar um futuro de separação, fossem: em primeiro lugar, o reconhecimento de que os judeus israelitas e os árabes palestinos nunca serão verdadeiramente separados, como só o genocídio ou limpeza étnica poderia trazer tal separação, e nem, apesar dos medos de ambos os lados, parece provável; e segundo, que é tanto moralmente inaceitável e, em última análise, ameaçador para ambos os povos para a atual constelação de relações de poder – muito mais favorável a judeus israelenses do que para árabes palestinos - para continuar? Em outras palavras, e se reconhecêssemos um futuro de coexistência, mas insistíssemos que os termos fossem alterados para termos mais equitativos? Existem passados que seriam úteis para recordar e que apoiariam este tipo de futuro, em vez de um passado de dominação e opressão de um povo em detrimento de outro? Acho que a resposta é "sim."

Deixe-me sugerir seis "passados úteis" - úteis em relação a este projeto emancipatório - que ocorrem para mim (outros podem ocorrer para os leitores) e também identificar alguns elementos de cada um que poderia nos apoiar na visão de um futuro alternativo com base no respeito mútuo e acordo.

Relações muçulmano-judaicas na Andaluzia medieval

Como narrado por Maria Rosa Menocal em *Ornamento do Mundo* (Menocal 2002), no século VIII Andaluzia testemunhou um florescer sem precedentes das artes, cultura, filosofia e as ciências sob a dinastia muçulmana Umayyad - uma civilização brilhante habilitada em primeiro lugar pela genuína tolerância religiosa entre muçulmanos, cristãos e judeus. As realizações desta era, portanto, sugerem a promessa de sinergia cultural e os potenciais frutos da tolerância mútua. Para os muitos judeus israelenses e árabes palestinos que desejam simplesmente se livrar uns dos outros, é um lembrete saudável de que um futuro juntos pode ser maior do que um à parte.

Relações árabe-judaicas na Palestina otomana

Se as relações muçulmano-judaicas na Andaluzia medieval parecem distantes tanto geograficamente quanto temporalmente, as relações árabe-judaicas na Palestina

otomana são muito menos assim, e, portanto, devem ser de particular interesse em nossa busca de "passados úteis." Na verdade, há pelo menos dois elementos de utilidade que podemos colher deste período.

Primeiro, a noção de "Otomanismo Cívico" que surgiu no início do século XX, nos anos minguantes do império, expressa nas palavras do jovem advogado judeu Shlomo Yellin: "No Império Otomano os diferentes povos são iguais uns aos outros e não é lícito dividir de acordo com a raça; os elementos turcos, árabes, armênios e judeus se misturaram uns com os outros, e todos estão conectados, moldados em uma forma para o sagrado Ataã." (Campos, 2011,2). Embora fugazes, naquele momento histórico "muçulmanos, cristãos e judeus tornaram-se cidadãos imperiais juntos..." em um "... projeto de cidadania popular imperial que promoveu uma identidade sociopolítica unificada de um povo otomano lutando sobre os novos direitos e obrigações de filiação política revolucionária." (Campos, 3). Isso demonstra que, no passado relativamente recente, judeus e árabes que vivem na Palestina estavam dispostos a contemplar uma forma de cidadania que se delineou pela etnia e direitos, e, em vez disso, promoveu um senso supranacional de pertencimento e identidade. Esse mesmo movimento conceitual pode ser necessário no futuro se os judeus e os árabes forem viver juntos em um regime de igualdade de direitos.

Em segundo lugar, o sistema do milheto otomano proporcionou às comunidades religiosas uma considerável autonomia comunitária interna, oferecendo um modelo de que é possível viver uma vida judaica ou cristã ou muçulmana na Palestina sem exercer uma soberania exclusiva.

Relações árabe-judaicas no mundo árabe antes de 1948

Antes da fundação de Israel, em 1948, haviam comunidades judaicas prósperas na maioria dos países árabes, do Marrocos até o Iraque. Em sua maioria essas comunidades tinham cultura similar, falando árabe, e comendo alimentos quase indistinguíveis daqueles de seus vizinhos árabes cristãos e muçulmanos. Embora tipicamente excluídos da autoridade governamental, e ocasionalmente vítimas de perseguição oficial ou popular, a maioria dos judeus árabes se enxergavam como cidadãos de seus países e mantinham todas as expectativas de permanecer assim.

No entanto, estas comunidades foram severamente desestabilizadas, no rescaldo da criação de Israel. Alguns judeus árabes adotaram perspectivas Sionistas, e deixaram suas casas em países árabes para emigrar para Israel; todos se tornaram objetos de suspeita oficial e popular, levando a políticas discriminatórias e legislação contra eles por alguns regimes árabes. A violência comunitária contra as comunidades judaicas eclodiu em vários países árabes, forçando muitos judeus a fugir, seja para Israel ou para a Europa e América do Norte.

Embora o quase fim da maioria das comunidades judaicas árabes fosse certamente um legado desanimador, seus séculos de existência segura e pacífica não deveriam ser esquecidos. Para os palestinos, que podem ser tentados a lembrar apenas uma "história única" dos judeus israelenses como colonizadores europeus, os judeus árabes são um lembrete de uma realidade mais complexa e matizada, e da indignidade judaica para o Oriente Médio. Embora memórias amargas não possam simplesmente ser apagadas, há um reservatório de afinidades culturais entre judeus árabes e árabes palestinos que permanece a ser aproveitado.

Relações árabe-judaicas sob o mandato britânico

Este é um período importante por duas razões: primeiro, por causa da noção predominante de cidadania palestina. Judeus, cristãos e muçulmanos eram todos "palestinos" em virtude da residência na Palestina, não em virtude da identidade étnico-religiosa. Nenhum grupo havia adquirido o controle exclusivo e soberano, nem tinha sido capaz de institucionalizar privilégios para si mesmo.

Em segundo lugar, é um período a partir do qual persistem memórias vivas de amizade e acordo entre judeus individuais e árabes palestinos. Meu avô e minha avó, por exemplo, abrigavam vizinhos judeus em sua casa no bairro de Talbiyeh, em Jerusalém, durante os tumultos de 1929. É motivo de orgulho na minha família que o tenhamos feito, um ato de decência e humanidade que não está em contradição com o nosso compromisso com a liberdade palestina no passado e no presente.

Quando jovem, meu pai adquiriu seu amor duradouro pela música clássica ocidental como membro de um grupo de escuta judeu-palestino misto. Ele e um jovem

judeu eram, juntos, os defensores apaixonados de Mozart, o "Shi'at Mozart" ("Partido de Mozart") como os outros membros do clube Teasingly se referiu a eles.

Suspeito que muitas, se não a maioria das famílias árabes e judaicas palestinas têm experiências pessoais e diretas semelhantes de amizade, interesses compartilhados e bondade entre si da era do Mandato. Eles servem como um lembrete de que as diferenças da língua, estilo cultural, origem, educação e muito mais - em si mesmas não são intrinsecamente inimigas à amizade, do respeito mútuo e do acordo. No conjunto certo de circunstâncias, será novamente possível para judeus e árabes apreciar uns aos outros por todas as suas qualidades admiráveis.

Relações árabe-judaicas em Israel/Palestina entre 1993 e 2000

Houve um breve interlúdio após a assinatura dos Acordos de Oslo e antes do fracasso das negociações sobre o estatuto final da Cúpula de Camp David em 2000, seguido logo depois pelo surto do al-Aqsa Intifada, quando havia um otimismo significativo entre palestinos e israelenses de que uma paz genuína e duradoura seria alcançada. Os soldados israelitas se retiraram da maioria dos centros populacionais palestinos nos Territórios Ocupados, e um novo governo palestino começou a tomar forma. Pela primeira vez em décadas, os palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza foram capazes de andar pelas ruas de muitas de suas cidades e aldeias sem encontrar regularmente soldados israelenses.

A calma nunca foi inteiramente completa, mas as tensões esvaziaram-se palpavelmente, pois toda a região parecia exalar um suspiro coletivo de alívio na expectativa de que a paz estava no horizonte.

Enquanto as restrições de viagem proibiam a maioria dos palestinos dos Territórios Ocupados de viajar através da Linha Verde, os israelenses compravam em cidades palestinas da Cisjordânia produtos frescos, levavam seus carros para reparos em Calquília e desfrutavam de empreendimentos de fim de semana para os palestinos, tinha cassino operado em Jericó, e ainda exploravam de uma atmosfera regional relaxada para visitar a Jordânia, Turquia e outros países árabes ou muçulmanos. O que este período demonstrou foram as raízes relativamente rasas das tensões que dividem palestinos e judeus israelenses, o quanto eles eram um produto de medos imediatos, e quanto rapidamente eles poderiam dissipar essas tensões, uma vez que esses medos fossem se

atenuando. Para os judeus israelenses, também se ofereceu um vislumbre dos benefícios que estavam à sua frente, uma vez que eles não eram mais vistos como opressores dos palestinos, e poderiam ganhar a aceitação regional que há muito os tem eludido.

Relações entre brancos e negros na África do Sul pós-apartheid

Isso pode parecer um estranho "passado" para citar como útil para construir um futuro de respeito mútuo e acordo entre israelenses e palestinos. Mas não há razão para que palestinos e israelenses só possam olhar para seus próprios passados. É totalmente viável olhar igualmente e aprender com o passado dos outros.

Quais são as conclusões úteis da África do Sul pós-apartheid? Em primeiro lugar, que as transformações estruturais fundamentais das sociedades são possíveis, mesmo quando as instituições anteriores têm a aparência de durabilidade e permanência. Poucos em 1981 teriam previsto que o apartheid terminaria em uma década - e ainda assim terminou. Em segundo lugar, o banho de sangue que muitos sul-africanos brancos sinceramente temiam que transparecesse após o estabelecimento do governo democrático com uma forte maioria negra não se desenrolou. A eliminação das estruturas antidemocráticas não precisa, portanto, de ser acompanhada de vingança e, em vez disso, pode ser gerida pacificamente.

Juntar fragmentos de passados num futuro de paz e liberdade

Meu ponto aqui não é que nenhum desses passados, nem outros que os leitores possam apresentar, forneçam modelos completos para a reconciliação entre palestinos e israelenses. Com certeza que não. Não podemos ser ingênuos quanto ao fato de que cada um destes passados tem elementos contraditórios, e de eu ter deliberadamente escolhido as características mais positivas de realidades certamente verificadas. Isto não é, contudo, diferente da escolha não reconhecida que realça os elementos conflituosos dos interesses palestinianos-israelitas. Estou reconhecendo abertamente as minhas seleções e as minhas razões para elas: promover a possibilidade de melhores relações futuras entre povos que estão destinados a viver juntos, gostem ou não.

Também não é fácil eliminar a imagem dominante do passado como uma imagem repleta de violência e conflito. Não lhe faltam as verdades, e é, em muitos aspectos, convincente. Mas nós que compartilhamos um compromisso emancipatório não ficamos sem recursos. Em muitos aspectos, estes seis passados úteis evocam noções de tolerância, sincretismo cultural e dinamismo, que estão muito mais em sintonia com as sensibilidades contemporâneas e os compromissos morais - não obstante o recente ressurgimento do nacionalismo branco nos Estados Unidos e em algumas partes da Europa. Eles nos lembram de outras possibilidades, outros futuros - mais esperançosos, otimistas e edificantes da humanidade - e, assim, libertam nossos corações das algemas de um passado sem coração.

Referências Citadas:

BISHARAT, George E.. "Six useful Pasts,". In: TAPPER, Aaron; SUCHAROV, Mira (Orgs.). *Social Justice and Israel/Palestine: Foundational and Contemporary Debates* © University of Toronto Press 2019. (pp. 14–21).

BECKER, Carl. Everyman his own Historian, *American Historical Review* 37, no. 2, p. 221–36, 1931.

ACHIDIE, Chimamanda Ngozi. *The Danger of a Single Story*, 2009, https://www.ted.com/talks/chimamanda_achidie_the_danger_of_a_single_story#t-611093

SAID, Edward. *The Current Status of Jerusalem*, *Jerusalem Quarterly* 45,

CHILDERS, Erskine. *Wordless Wish: From Citizens to Refugees*, Association of Arab-American University Graduates, 1973

CAMPOS, Michelle U., *Ottoman Brothers: Muslims, Christians, and Jews in Early Twentieth-Century Palestine*, Stanford University Press, Stanford, CA, 2011

MENOCAL, Rosa Maria. *The Ornament of the World: How Muslims, Jews, and Christians Created a Culture of Tolerance in Medieval Spain*, Little, Brown and Company, New York, 2002.